

Entrevista com o Instituto de Psicanálise da SBPdePA¹

Revista – Ao tomar posse, a atual direção do Instituto da Sociedade Brasileira de Psicanálise de Porto Alegre apresentou como meta a realização de um amplo e profundo debate sobre a formação psicanalítica. De que maneira este debate está sendo realizado?

Instituto de Psicanálise – De fato, em 2016 iniciamos uma gestão de dois anos do Instituto de Psicanálise da SBPdePA com o compromisso de dar continuidade ao trabalho de aprimoramento e qualificação da formação empreendido pelas direções anteriores, tendo em vista que a preparação de profissionais bem treinados e com sólidos conhecimentos psicanalíticos é, incontestavelmente, o maior patrimônio de uma instituição psicanalítica. Esse compromisso representa um ato inarredável de respeito pela pessoa do membro do Instituto e de responsabilidade pela sua formação, sem deixar de lado a advertência de Odgen² de que é imprescindível à psicanálise que o analista aja de uma forma humanitária e honre a dignidade humana. Contudo, em muitas situações, esses princípios se revelam conflitantes, podendo gerar atos de rebeldia, ações autoritárias, acomodações, desinteresse e outras

1 A atual direção do Instituto da Sociedade Brasileira de Psicanálise de Porto Alegre (gestão 2016-2018), é constituída por Gley Silva de Pacheco Costa (Diretor), Ana Rosa Chat Trachtenberg (Secretária), Helena Surreaux (Coordenadora da Comissão de Formação), Ane Marlise Port Rodrigues (Coordenadora da Comissão de Seminários) e Ângela Beatriz Piva (Coordenadora da Comissão de Infância e Adolescência).

2 Ogden, T. H. (2010). *Esta arte da psicanálise: sonhando sonhos não sonhados e gritos interrompidos*. Porto Alegre.

reações com sérios danos pessoais e institucionais. Visando enfrentar esse inevitável paradoxo da transmissão da psicanálise, optamos por recorrer à própria experiência do processo analítico, mediante um trabalho conjunto, com os membros da Sociedade e os membros do Instituto, de questionamento das normas vigentes e de discussão dentro das comissões que foram criadas para refletir sobre quatro temas: regulamento, seminários, formação e programa da infância e adolescência, reunindo cerca de 20 colegas que aceitaram realizar esta tarefa ao longo do primeiro ano. O objetivo é a elaboração de relatórios que serão discutidos pela totalidade dos membros da Sociedade e do Instituto. Complementarmente, organizamos um ciclo denominado *Pensando a formação em tempo de mudanças*, tendo em vista dialogar com psicanalistas de outras sociedades sobre formação e transmissão da psicanálise. Foram realizados quatro encontros ao longo de 2016, tendo como convidados Nilde Parada Franch (SBPSP), Miguel Leivi (APdeBA), Sérgio Nick (SBPRJ) e Javier García (APU). Trata-se de uma atividade interna aberta a todos os membros da Sociedade e do Instituto.

Revista – Quais são as principais questões relacionadas com a formação que se encontram em discussão na psicanálise contemporânea e que são alvo do debate que se realiza na SBPdePA ?

Instituto de Psicanálise – Em primeiro lugar, coloca-se a questão do ingresso, ou seja, da chamada seleção que, desde os primórdios, apresenta uma marcada conotação psiquiátrica, a qual nada ou pouco informa sobre a capacidade do postulante para a tarefa analítica. Essa constatação levou alguns institutos, mais tarde, a procurarem estabelecer critérios psicanalíticos, independentemente de possíveis patologias psiquiátricas, enfatizando a capacidade natural do postulante de captar aspectos inconscientes no material clínico de um paciente. Contudo, segue vigente a pergunta: como selecionar um postulante à formação psicanalítica? Ainda em relação ao ingresso, discute-se a exigência de um período mínimo em análise após a seleção para iniciar os seminários, mesmo quando o postulante já se encontre em tratamento com um didata da sociedade por um tempo igual ou superior ao exigido. Conquanto os seminários teóricos sigam uma linha geral que prioriza a obra de Freud, os programas das diversas sociedades filiadas à IPA apresentam diferenças. Na SBPdePA, ao lado de Freud, tradicionalmente, são oferecidos seminários de autores pós-freudianos e contemporâneos. Para além dessas diferenças, a questão que se coloca é o quanto devemos seguir ou nos afastar da ideologia universitária de ensino. Consequentemente, somos levados a perguntar: cabe ao instituto manter um programa teórico pré-estabelecido dado

a conhecer ao postulante antes de iniciar a formação ou este programa deveria ser livre e organizado de acordo com o seu interesse ao iniciar a formação? Uma terceira alternativa seria uma fórmula híbrida, com uma parte pré-estabelecida e uma parte de livre escolha do analista em formação. Ainda podemos perguntar se deve haver exigência de frequência ou apenas levar em consideração a participação e o aproveitamento do membro do Instituto durante os seminários e, neste caso, como seria feita a avaliação? Opostamente, poderia se questionar se a única avaliação cabível numa formação analítica não deveria ser a do próprio candidato. A supervisão, outra exigência da formação psicanalítica, também não é isenta de dúvidas e questionamentos, em particular no que diz respeito à profundidade e abrangência do trabalho do supervisor. Em outras palavras: restrito à compreensão do material apresentado ou incluindo a pessoa do supervisionando e, neste caso, quais os limites a serem obedecidos? Ao mesmo tempo, assim como a função de ensino, deveria a função de supervisor ser exclusiva dos analistas didatas, aberta aos membros titulares e associados ou restrita àqueles que se submetessem a um treinamento específico para este fim? Ao lado desses aspectos, igualmente encontra-se em discussão a questão da frequência mínima dos casos de supervisão, tendo em vista uma crescente dificuldade dos membros do Instituto conseguirem pacientes que tenham condições econômicas e/ou se disponham a realizar uma análise com quatro sessões semanais. Observa-se que muitas sociedades psicanalíticas, ao longo do tempo, vem flexibilizando essa exigência.

Completando o tripé da formação psicanalítica, temos a análise didática, em torno da qual mantêm-se, pelo menos, três campos de discussão. O primeiro é quanto à sua duração, em particular o seu término em relação com a finalização dos seminários teóricos, com a conclusão das duas supervisões oficiais ou com a passagem a membro associado. Há quem considere que a análise didática constitui um assunto privado e que o seu término deve ser estabelecido reservadamente pelo membro em formação e seu analista. Em outro campo, contesta-se a própria categoria de analista didata vitalício, criada na década de 50 e ainda vigente em 60% das instituições psicanalíticas do mundo. Nos 40% restantes, foi criada a categoria de analista com função didática, em alguns casos em caráter permanente e, em outros, por um período, geralmente, de 5 anos, podendo ser renovado mediante o cumprimento de algumas exigências que variam de uma sociedade para outra. Uma pergunta fundamental relacionada com este tema e, por essa razão, merecedora de debate, é se existe uma *análise didática*, diferente da análise empreendida com qualquer paciente e, ainda, se a análise do membro em formação não poderia ser realizada com qualquer analista membro da IPA,

independentemente da sociedade em que se encontra ligado. O terceiro campo é ocupado pela questão da frequência da análise didática, a partir da dificuldade de muitos postulantes não terem condições de atender à exigência de quatro sessões semanais, como é tradição na formação analítica.

Em nossa Sociedade este debate tem como pano de fundo a recomendação da IPA de *alta frequência* nas análises de formação, sem definir o número de sessões. Não obstante, observa-se, no contexto internacional, a tendência a aceitar um mínimo de três sessões semanais, conforme o modelo uruguaio. Também estamos voltados para a questão do *limbo*, referência aos membros do Instituto que completam sua formação mas, por não apresentarem o trabalho exigido, não passam à categoria de membro associado. Trata-se de uma situação comum à maioria das entidades psicanalíticas do mundo inteiro. Contudo, perguntamos: representa, a realização desse trabalho (teórico em algumas sociedades e teórico-clínico noutras), um fator de avaliação ou capacitação indispensável do membro em formação? Por outro lado, a retirada dessa exigência seria a solução, ou deveríamos investigar a existência de outras razões para tantos colegas em formação se manterem no *limbo*?

Revista – Qual a relevância do chamado quarto eixo na formação psicanalítica?

Instituto de Psicanálise – Chama-se de *quarto eixo* o envolvimento dos membros de uma sociedade na vida institucional para além do clássico tripé, servindo de exemplo, no nosso caso, a participação de cerca de 20 colegas nas diversas comissões criadas pelo Instituto. Na mesma linha, encontram-se as reuniões com os Membros do Instituto e com os coordenadores de seminários, representando espaços privilegiados de expansão do *pensar juntos* a formação desejada em um âmbito institucional mais amplo e abrangente. Os convidados de fora da SBPdePA tem um papel catalisador desse processo de construção de um conceito próprio de formação analítica. Obviamente, o desenvolvimento desse pensar construído em conjunto implica lidar com os analistas enquanto grupo institucional e científico permeado pelas suas diferenças. A ideia de quarto amplia o olhar e a escuta para os fenômenos que transcendem a esfera do individual e que são engendrados ou potencializados pelo grupo – pelo estar em grupo. Também nos coloca a sentir mais de perto o mal-estar frequentemente gerado na convivência no interior dos grupos psicanalíticos. O fenômeno do *limbo*, antes referido, além de fatores singulares à história de cada membro em formação, possivelmente também conta com a participação da instituição. Pensar em termos de quarto

eixo coloca a todos como responsáveis pelo que se passa a nível institucional e que pode permanecer negado, colocando-se toda a responsabilidade em indivíduos isolados. Por outro lado, esse trabalho a partir dos grupos formados nesta gestão também pode funcionar como um caldo de cultura para a criatividade da instituição e para a construção de um modelo próprio de formação analítica, modelo esse interminável no sentido de não fechado ou saturado, sempre aberto e permeável às necessidades, avanços e desejos de seus membros.

Revista – A formação integrada, proposta pelo comitê da IPA coordenado pela Dra. Virgínia Ungar, encontra-se entre os assuntos estudados pela comissão de infância e adolescência do Instituto?

Instituto de Psicanálise – Consideramos que este projeto legitima a constatação de que os conceitos psicanalíticos sobre o desenvolvimento configuram-se como parte importante da teoria psicanalítica como um todo, sendo uma incorporação valiosa à formação psicanalítica. Na verdade, essa concepção decorre da experiência analítica com a criança real e não apenas com a criança reconstruída através da análise de adultos. Neste sentido, a análise de crianças e adolescentes oferece um campo de emergência e produção fecunda para a psicanálise, que precisa ser mais explorado e valorizado em seu potencial. Por conta disso, estamos trabalhando neste projeto da IPA, sendo que a nossa primeira proposta é a de que os seminários que compõe o eixo obrigatório da formação de infância e adolescência sejam abertos a todos os membros da sociedade.

Revista – Mais algum aspecto da formação que mereça consideração?

Instituto de Psicanálise – Sim, estamos iniciando uma experiência aparentemente promissora que são os seminários abertos sobre temas ligados à cultura, tendo em vista estabelecer um diálogo com áreas afins da psicanálise, como a antropologia e outras. Esses seminários, realizados em parceria com a Diretoria Científica da Sociedade, e coordenados por professores destacados em suas respectivas áreas, reúnem membros da Sociedade, membros do Instituto e pessoas interessadas não ligadas à SBPdePA. Por outro lado, o Instituto tem procurado desenvolver um trabalho integrado com o Centro de Atendimento Psicanalítico (CAP), por considerar que essa aproximação contribui para a qualificação da formação psicanalítica. Além disso, temos nos empenhado em desenvolver ações que estimulem a inserção do psicanalista no social, o que impõe a necessidade de romper com o preconceito de que fora dos consultórios falta a *pureza* psicanalíti-

ca. Consideramos que esta nova visão dentro dos institutos de psicanálise representa o *quinto eixo* da formação psicanalítica. Por último, gostaríamos de colocar um assunto muito delicado, mas que precisa ser enfrentado, se prezamos os colegas em formação, que é a rivalidade, a inveja e o ódio entre analistas de uma sociedade. Embora negados, esses sentimentos são percebidos nos seminários, nas supervisões e, até mesmo, nas análises, podendo gerar discriminações, sofrimento, angústia, atuações e manifestações psicossomáticas entre os membros do Instituto. Estamos de acordo com Derrida³ quando afirma que pensar a formação em tempos de mudança é um desafio que implica o inevitável enfrentamento de duas forças de resistência: a resistência à psicanálise e a resistência auto-imunitária da psicanálise ao seu entorno e a ela mesma. Frente a isso, temos a obrigação de sustentar uma ética de não simplificação, que não se instala na comodidade, mas faz da inquietação a sua morada, tendo presente que nenhuma teoria, nem a melhor possível, nos preserva da simplificação. Como fica evidente, priorizar o respeito pelo candidato e a responsabilidade pela sua formação, implica muitas dúvidas e muitas dificuldades. No entanto, é da natureza da psicanálise, como ciência e como terapia, longe de ideologias, manter abertas ao debate todas essas questões, não para estabelecer a quietude de uma ordem, mas instaurar um processo criativo de permanente questionamento.

3 Derrida, J. (2001). *Estados-da-alma da psicanálise: O impossível para além da soberana crueldade*. São Paulo: Escuta.